



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

**OFÍCIO N.º 218/2024/GP**

Luiz Alves/SC, 16 de agosto de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Ênio Ronchi Júnior  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Luiz Alves/SC

**Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar n.º \_\_\_\_/2024.**

Excelentíssimo Presidente,

Encaminho o Projeto de Lei Complementar n.º \_\_\_\_/2024, que “*Altera a Lei Complementar Municipal n.º 06, de 15 de dezembro de 2017*” a fim de que este seja apreciado e votado por essa Egrégia Casa Legislativa.

Atenciosamente,

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal



**LUIZ  
ALVES**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº /2024**

*Altera a Lei Complementar Municipal  
nº 06, de 15 de dezembro de 2017.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele  
sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica alterado o Anexo XVII da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017,  
conforme o anexo desta Lei Complementar, para o fim especial de alterar as atribuições do cargo de  
Assessor Jurídico, permanecendo inalterado o restante do texto legislativo.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 16 de agosto de 2024.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal

*Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura  
de Luiz Alves - luizalves.atende.net*



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**ANEXO XVII**

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA ESTRUTURA**  
**ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

(...)

<b>Cargo: Assessor Jurídico</b>
(...)
Descrição das atribuições: 1 - assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como demais Secretarias Municipais, Departamentos e Setores em qualquer assunto que envolva matéria jurídica; 2 - assessorar, acompanhar e manter o Chefe do Poder Executivo Municipal e demais Secretarias Municipais interessadas acerca dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como das providências a serem tomadas e os despachos e decisões proferidos; 3 - minutar despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Prefeito Municipal, em assuntos de sua competência; 4 - emitir pareceres e interpretações jurídicas para o andamento de processos administrativos e licitatórios; 5 - assessorar na elaboração e aprovar as minutas de editais de licitações públicas do Poder Executivo Municipal; 6 - assessorar e propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal a anulação de atos administrativos, consonante às legislações vigentes; 7 - executar demais tarefas correlatadas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, inerentes às suas atribuições.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_/2024, que “*Altera a Lei Complementar Municipal n.º 06, de 15 de dezembro de 2017*”.

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo alterar a Lei Complementar Municipal nº 06, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Luiz Alves e dá outras providências, tendo como uma das finalidades adequar o anexo XVII que passará a vigorar com as atribuições atualizadas do cargo de Assessor Jurídico.

Considerando as recomendações feitas pelo Ministério Público do Estado de Santa, que segue anexo, a representação estabelecida no Item nº 2 das atribuições do cargo de Assessor Jurídico é incompatível com o cargo, sendo tal atribuição privativa ao cargo de Procurador, não devendo desta forma ser confundida com as funções típicas de assessoramento do cargo alterado.

Considerando que a representação afigura-se como sendo essência das atribuições de um Procurador, que não se pode confundir, em hipótese alguma, com as atividades incumbidas ao Assessor, pois a este incumbem apenas funções típicas de assessoramento;

Considerando que esse também é o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema (STF, ADI nº 4.843, Rel. Min. Ceslo de Mello, Tribunal Pleno, j. 11-12-2014);

Sendo assim, torna-se indispensável à Alteração na presente Lei para adequar e corrigir equívocos anteriormente cometidos, bem como garantir o bom funcionamento do poder público, visto a importância dos cargos efetivos.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria e o interesse municipal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

Com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 16 de agosto de 2024.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal